

CONJUNTURA

Governo federal consegue alongar dívida

Pagamentos vencendo no ano caíram para 25,6% do total, o melhor resultado desde 1999

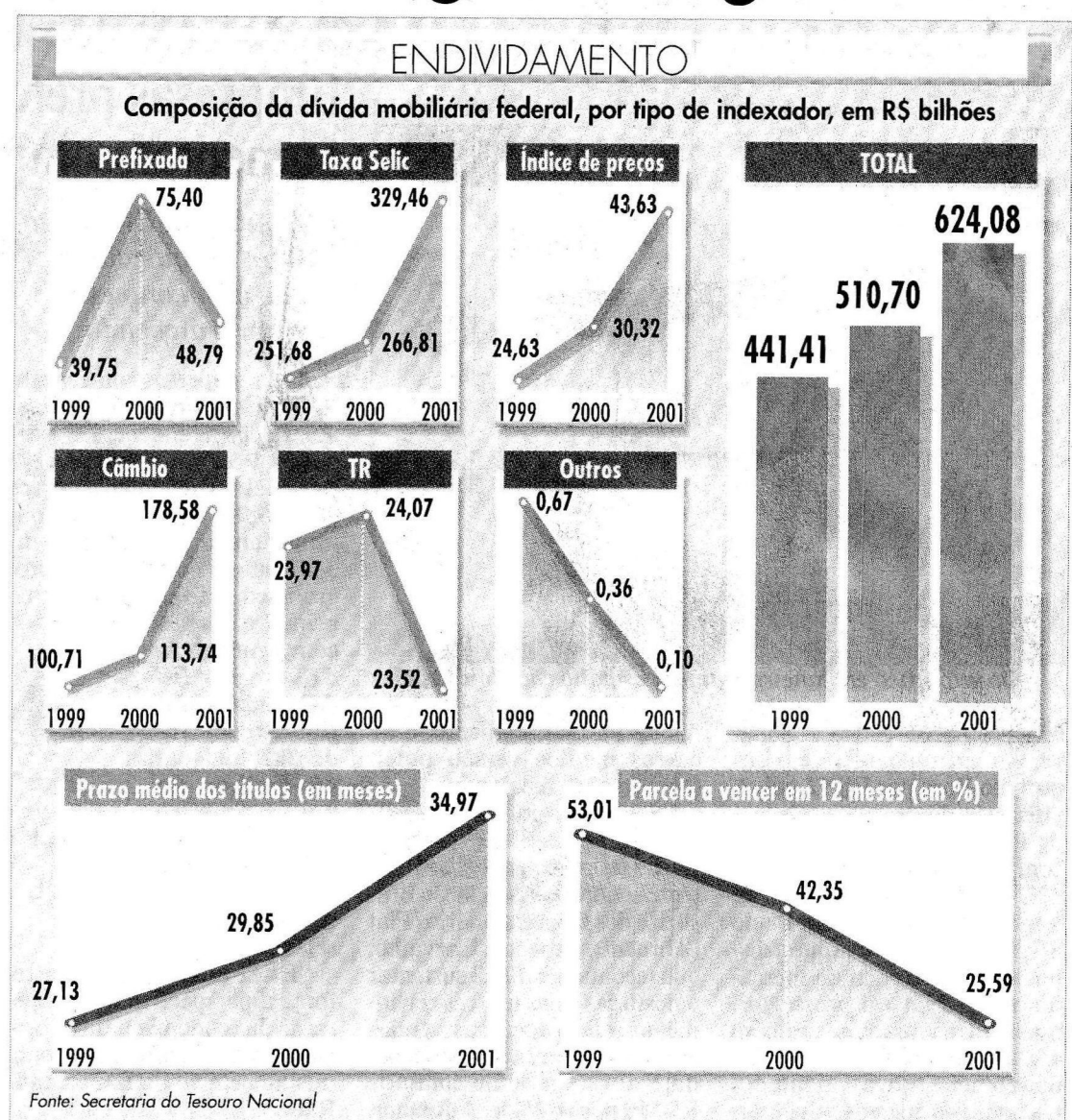
SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA – O alongamento da dívida pública em 2001 deixou o governo federal com um cronograma de pagamentos mais confortável este ano. A parcela da dívida com prazo de vencimento de no máximo 12 meses caiu para 25,59% do total, no final de 2001, o melhor resultado desde dezembro de 1999, segundo informou ontem o coordenador-geral de administração da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Paulo Valle. O dado é importante, diz ele, por ser utilizado por investidores internacionais e agências de classificação de risco para avaliar a situação fiscal do País. A parcela com prazo de vencimento em 12 meses indica o risco que o governo corre de ter de pagar parcelas altas da dívida no curto prazo.

O percentual atingido no final do ano passado ficou melhor do que o previsto no Plano de Financiamento da Dívida para 2001, preparado pela Secretaria do Tesouro no final de 2000. Pelo plano, num cenário conservador, esse resultado deveria ficar em 28%; numa perspectiva otimista, em 27,3%.

A dívida total do governo em títulos, no entanto, cresceu 22,2% em 2001 e atingiu R\$ 624,08 bilhões no fim do ano, basicamente por causa da desvalorização cambial. O valor da dívida ficou muito acima das previsões do Plano de Financiamento, cuja expectativa “conservadora” era de fechar o ano devendo R\$ 568,7 bilhões em títulos (a “otimista” projetava dívida de R\$ 543 bilhões). O valor total da dívida e a relação dela com o Produto Interno Bruto (PIB) também é considerado pelas agências de risco ao avaliar a situação do País.

A redução do percentual de vencimentos de curto prazo foi a única meta estabelecida no Plano de Financiamento que o governo conseguiu cumprir. Os demais objetivos – alongamento do prazo do estoque da dívida, ampliação da participação de títulos prefixados e o próprio tamanho da dívida – não foram alcançados. O prazo médio dos títulos su-



biu para 34,97 meses, mas ainda ficou abaixo dos 44,4 meses que o governo pretendia alcançar.

O chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto do Banco Central, Sérgio Goldenstein, ressaltou que o resultado da parcela com vencimento em doze meses só não foi melhor porque, com os atentados nos Estados Unidos, as cotações do dólar dispararam e forçaram o governo a emitir papéis cambiais de curto prazo para conter o nervosismo do mercado.

A desvalorização cambial ocorrida no ano passado – 19% de janeiro a dezembro – foi uma das grandes responsáveis pela alta do endividamento público. A parcela da dívida corrigida pelo dólar cresceu R\$ 64,84 bilhões, pas-

sando de R\$ 113,74 bilhões para R\$ 178,58 bilhões. Ou seja, no fim do ano passado, os títulos cambiais representavam 28,61% do total, quando a meta do Plano era contê-los em 22%, mesmo índice do final de 2000.

O crescimento da dívida cambial do governo foi mais expressivo até outubro, quando o saldo desses papéis chegou a R\$ 209,29 bilhões. Com a retração do dólar, a dívida diminuiu. Segundo Goldenstein, ao longo do ano, a emissão líquida de papéis cambiais para ajudar a conter a disparada do dólar ficou em R\$ 28,1 bilhões. O restante do crescimento da dívida vinculada à moeda americana foi provocado pela variação dos juros.

A manutenção dos juros altos

também contribuiu para um crescimento de outra parcela da dívida, cujo rendimento é vinculado à taxa Selic, determinada pelo Banco Central (BC). Nesse caso, houve um salto de R\$ 266,81 bilhões para R\$ 329,46 bilhões em 2001.

Os papéis vinculados a câmbio e à Selic (pós-fixados) tiveram trajetória inversa à dos títulos com rendimento prefixados. Esse tipo de papel é considerado um dos melhores instrumentos de administração da dívida, pois, como a remuneração é conhecida previamente, o Tesouro pode saber com antecedência os gastos que terá no futuro com o pagamento dos investidores. No entanto, o saldo desses papéis caiu de R\$ 75,4 bilhões no final de 2000 para R\$ 48,79 bilhões em dezembro passado, representando apenas 7,82% do estoque da dívida. A intenção do governo, no plano de financiamento, era aumentar a fatia para 15,8%.

VALOR TOTAL EM TÍTULOS SALTOU 22%